

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2017

Volume 10 | N°2



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

A PESSOA TRANSGÊNERA E A DIFICULDADE DE INSERÇÃO NA SOCIEDADE: trabalhando a diminuição da invisibilidade

The transgender and the insertion difficulty in society: working the decrease of invisibility through an intervention proposal

LUCIANE HENRIQUETA ORTIZ LELIS

Pós- graduada em Enfermagem Obstétrica pela UERJ

Pós- graduada em Formação Pedagógica para profissionais da saúde UFMG

RESUMO

A Transgeneridade é um fenômeno sociológico de desvio ou transgressão do dispositivo binário de gênero, fato que caracteriza as chamadas identidades gênero divergentes, como transexuais, travestis, crossdressers, dragqueens, andróginos, etc, e que faz com que elas sejam marginalizadas, excluídas e estigmatizadas pela sociedade. Essa condição não está atrelada a sua orientação. Esta proposta de intervenção tem como objetivo realizar uma proposta de educação voltada para professores e educadores que atuam no Ensino fundamental e médio e de graduação, visando diminuir a invisibilidade de pessoas transgêneras na sociedade a partir do trabalho realizado com os alunos. A primeira instituição escolhida para ser trabalhado o tema “A Pessoa Transgênera e a dificuldade de inserção na sociedade: trabalhando a diminuição da invisibilidade foi a Faculdade São José do estado do Rio de Janeiro, Curso de Pedagogia. Foi proposta a realização da oficina com a duração de quatro horas. O público alvo foi de 20 alunos do referido curso. A oficina foi conduzida por meio da pedagogia da problematização, com utilização de dinâmicas que possibilitaram interação entre os participantes e reflexões acerca do tema trabalhado. Acredita-se que a realização de oficinas seja um dos caminhos possíveis para mudanças. Neste sentido, esta proposta de intervenção poderá ser multiplicada para outros segmentos da educação, pois consideramos o aluno a mola propulsora que poderá transformar a visão que a sociedade tem das pessoas transgêneras.

Palavras-Chave: Transgênero. Transexualidade. Educação Superior. Identidade de Gênero.

ABSTRACT

Transgenerality is a sociological phenomenon of deviance or transgression of the binary device of gender, a fact that characterizes the called divergent gender identity, such as transsexuals, transvestites, crossdressers, dragqueens, androgynes, etc., and causes them to be marginalized, excluded and stigmatized by society. This condition is not tied to orientation. This education proposal aims to discuss about the difficulties experienced by transgender through out this life and propose emancipatory pedagogical practices by building and educational activity to sensitize educators about the nuances involving transgenderism. We propose workshops in school spaces; we will start at a college on the state of Rio de Janeiro. The first institution chosen to be worked on the theme “The transgender and the insertion difficulty in society: working the decrease of invisibility through an intervention proposal” will be the Faculdade São José, Pedagogy Course, Rio de Janeiro. The workshop will last four hours, will participate in the same 20 students of the Pedagogy Course of the Faculdade São José and will be led by the pedagogy’s problematization, using dynamics that enable interaction between the participants and reflections on the working theme. We believe that the workshops is one of the possible paths to changes. In this sense, this proposition of intervention maybe multiplied to other segments of education, for we believe the student is the driving force that can transform the view that society has of transgender people.

Keywords: Transgenders. Transsexuality. Education. Gender’s identity.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no caput de seu artigo 5º referenda que “Todos são iguais perante a lei”, e no art. 3º, parágrafo IV, afirmar que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988); bem como o Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1990, e contemplado no artigo 198 da Constituição Federal, ter como um de seus princípios “a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie” (BRASIL, 1990), isto não acontece na prática em relação a várias questões, dentre elas a transgeneridade¹.

De acordo com Lanz (2014, p.xx)

TRANSGENERIDADE é um Fenômeno sociológico de desvio ou transgressão do dispositivo binário de gênero, fato que caracteriza as chamadas identidades gênero-divergentes, como transexuais, travestis, crossdressers, dragqueens, andróginos, etc, e que faz com que elas sejam marginalizadas, excluídas e estigmatizadas pela sociedade.

A Transgeneridade não está atrelada a sua orientação sexual. As pessoas transgêneras sofrem com essa não aceitação do gênero biológico desde a infância, onde normalmente por questões culturais, ocorre imposição pela família a se enquadrarem nos estereótipos de gênero ao qual sua psique não aceita ou deseja. Dessa forma considera-se que a família seria a primeira a segregá-lo (SANTOS, 2012).

A figura abaixo, ilustra bem a transgeneridade com suas diversas identidades e expressões de gênero.



O GUARDA-CHUVA DATRANSGENERIDADE (LANZ, L., 2014).

É fato que a convenção social molda indivíduos que deverão seguir padrões de conduta, onde o homem é criado para exercer funções de chefe de família e protetor, enquanto a mulher exercerá o papel de mãe, cuidadora dos filhos e zeladora do lar. Qualquer convenção fora deste padrão gera olhares e conflitos em relação ao que interfere neste ciclo, segundo Lanz (2014). Sendo assim, debater a transgeneridade na forma de proposta de intervenção focada na educação constituiu o objetivo deste artigo.

Minha experiência como docente há 17 anos em diversas Escolas de Formação Técnica tem mostrado o quão preconceituosas são as pessoas em relação à transgeneridade e orientação sexual do indivíduo. Percebi ao longo de minha trajetória profissional muita dificuldade em debater ou trabalhar temáticas polêmicas como expressão de gênero e a identidade de gênero.

Como educadora presenciei posturas indevidas de professores, como gracejos e apelidos direcionados para alunos afeminados e alunas masculinizadas, nas reuniões dos Conselhos de Classe e nas salas de professores. Testemunhei professores comentando sobre a sexualidade dos discentes, por diversas vezes.

Essas questões sempre me incomodaram pelo fato de imaginar como seria difícil vivenciar experiências como estas na infância e também na adolescência. Pensando assim, me dediquei a pesquisar informalmente o assunto por anos, e com a popularização das redes sociais tive acesso a inúmeros relatos de pessoas transgêneras. Nesses depoimentos as pessoas transgêneras falavam de seus sentimentos e dos preconceitos vividos em seu dia a dia advindos da família, da escola, e também da dificuldade de inserção no mercado de trabalho e acesso aos serviços de saúde.

Frente ao exposto questionamos: O que fazer para diminuir a invisibilidade de pessoas transgêneras na sociedade? Acreditamos que a Escola enquanto espaço social poderia ser um dos fóruns importantes para debater esta questão.

Considero este tema fundamental, tendo em vista as dificuldades vivenciadas pelas pessoas transgêneras na família, na escola, e no mercado de trabalho. Isso ocorre devido, muitas vezes, à ausência de informações e de discussões sobre este assunto relegando essas pessoas à invisibilidade. A invisibilidade gera preconceito e o preconceito gera exclusão e violência.

A invisibilidade das pessoas transgêneras, assim como sua exclusão por conta do embaralhamento do regime binário homem/mulher são citados por Santos (2008, p.44):

Ao estudar os processos de subjetivação das travestis, ou seja, o olhar do outro e aquele que se lança sobre si mesmo, procuro compreender os mecanismos sociais que as constituem, colocando-as num regime de invisibilidade, fazendo-as inexistentes, mas provocando, por isso mesmo, sua existência, isso é, sua insistência em devir alguma coisa, mas não sendo, pois que embaralham o regime binário - homem/mulher.

Neste caso, os educadores têm o dever de disseminar informações e proteger os alunos, fazendo que todos tenham seus direitos básicos respeitados. Assim sendo, este trabalho tem como intenção discutir sobre as dificuldades vivenciadas pela pessoa transgênera ao longo de sua vida e propor práticas pedagógicas emancipadoras com a construção de uma proposta educativa que sensibilize os educadores quanto às questões que envolvem a transgeneridade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Contextualizando a Transgeneridade

Para Monteiro (2014, p.10) a normatividade como uma construção social e o cissexismo excluem e invisibilizam o indivíduo:

O conceito de transexualidade enquanto patologia ou "transtorno de identidade de gênero é desumano e segregador. Afinal de contas "ser homem" ou ser mulher" são percepções psíquicas calçadas a partir de uma construção social. Desta forma o "masculino" e "feminino" vão além da perspectiva biomédica. Reproduzir conceitos embasados nesta ótica cissexista é o que coloca as pessoas transexuais cada vez mais à margem da sociedade, excluindo-as e invisibilizando-as, pelo fato de não se identificarem pelo gênero que lhes foi imposto ao nascer.

Muitos fazem ligação da transexualidade com a homossexualidade, o que não está correlacionado, pois existem pessoas transgêneras heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Monteiro (2014, p.8) cita a diferença entre o homossexual e transexual:

A crença baseada que a transexualidade e a homossexualidade são sinônimos é totalmente errônea, pois enquanto o transexual vive em desconformidade com o gênero que foi atribuído ao nascer, o homossexual possui plena satisfação com o gênero que lhe foi imposto.

Hoje entendemos plenamente que orientação sexual, expressão de gênero e identidade de gênero são situações distintas, não tem relação umas com as outras. A homossexualidade das pessoas transgêneras é algo pouco conhecido até mesmo no meio LGBT; as pessoas transgêneras que são homossexuais e bissexuais costumam sofrer preconceito no próprio meio. Em relação à família quando a pessoa transgênera é homossexual e ainda não se assumiu, a sua orientação sexual costuma ser confundida pela família e/ou cônjuges e namorados como uma "esperança" de não transição, conforme Bento (2004).

Ainda segundo Bento (2004), ao limitarmos a orientação sexual ao genital do ser humano, seja ele uma pessoa transgênera ou cisgênero, estaremos retrocedendo, pois o desejo e a afetividade englobam inúmeras questões e não só os genitais; seria absurdo ao extremo acharmos que todo transgênero homem obrigatoriamente se relacionaria somente com mulheres; é mesmo que afirmar que homens cisgêneros só se relacionam com mulheres e desta forma não haveria homossexualidade.

As mulheres são desde crianças incentivadas a brincar de bonecas, brincar de cozinhar ou de arrumar a casa, e os brinquedos são na cor rosa; ao contrário os meninos são estimulados a jogar futebol ou praticarem atividades físicas relacionadas a lutas ou atividades que por insight imprimam na sua psique a virilidade (BENTO, 2004). Tais afirmações são corroboradas por Santos (2012, p.3):

A família, a escola e a sociedade vão sujeitando o indivíduo para que ocupe o lugar que lhe é destinado socialmente. Dentro desta lógica, estrategicamente, os meios de comunicação de massa, os brinquedos, os jogos eletrônicos, o cinema, a música, etc., formam um conjunto de procedimentos pedagógicos que vão educando subliminarmente meninos e meninas a incorporarem os papéis de gênero masculino e feminino.

Nesse caso, a família tem papel fundamental de apoio ao indivíduo que tem a identidade de gênero que transgide a normatividade; é dever do genitor oferecer apoio psicológico para que o filho se aceite, e não sofra por conta de convenções sociais infundamentadas.

Lanz (2014, p.47) descreve como a normatividade desnaturaliza o ser humano:

A cultura produz e transforma a natureza e a biologia dos seres humanos, fazendo com que deixemos de ser seres naturais para nos tornarmos seres culturais, histórica, política e socialmente falando. A inscrição dos gêneros feminino ou masculino nos corpos é feita sempre no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura, assim como as possibilidades de se expressar os desejos e prazeres também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. A diferenciação entre os gêneros, assim como o próprio gênero é, portanto, eminentemente fixada e definida por relações sociais.

Para Lanz (2014) as diferenças de gênero surgem porque homens e mulheres são socializados em diferentes papéis, dentro de uma hierarquia que ainda mantém o homem no topo da pirâmide social. As teorias de socialização do gênero são apoiadas por conservadores que veem meninos e meninas como aprendizes de papéis sexuais e de gênero, junto com a masculinidade e feminilidade que os acompanham. Nesse processo, eles são guiados por sanções positivas e negativas, forças socialmente aplicadas que recompensam ou restringem o seu comportamento.

Segundo Rios e Piovesan (2010, p.157):

A pessoa pode sobreviver desde que não apareça, ou seja, desde que se coadune a esse parâmetro. As mulheres, os negros e os homossexuais terão direitos desde que se comportem e aceitem todas as visões do mundo, as posturas e as condutas dos homens brancos heterossexuais. Sob esta premissa pais por ignorância submetem seus filhos a verdadeiras guerras psicológicas, sendo o primeiro grupo a confundir a criança, impossibilitando o mesmo de exercer sua expressão de gênero, baseado em convenções sociais fundamentadas em preconceito e machismo, onde quem não fere deve se mutilar, se excluir, entrar em depressão, por que o senso comum não está disposto a dialogar sobre a exclusão.

A homossexualidade, segundo Bielinski et al. (2012), certamente será usada como consequência dos comportamentos classificados pelo grupo como inadequados e a pessoa transgênera sofrerá exclusão por conta da sua condição. Santos (2008) referencia Foucault ao afirmar que a sociedade disciplina os seres humanos, controla e normatiza seus corpos. A sociedade estabelece comportamentos, posturas, verdades e saberes sobre o ser masculino ou feminino; a família, a escola, a igreja e a mídia utilizam várias técnicas que vão disciplinando, regulando, controlando e normalizando os corpos, conforme Foucault.

Para Santos (2008) a heteronormatividade repulsa tudo que se mostra diferente, negatizando identidades e sexualidades e as colocando em um patamar de anormalidade, o que reforça o posicionamento de Monteiro (2014, s/p):

Quando as ciências classificaram, elas normalizaram e elegeram um modo de subjetivação que, na maneira do entender foucaultiano é a constituição do sujeito na trama histórica. Por exemplo: ser "homem", "branco", "heterossexual" passa então a ser normal e "natural", enquanto tudo o que se diferencia destas características será considerado como negativo, diferente, o outro - aquele que precisa viver com e/ou atravessado por esta(s) diferença(s). Neste processo, as diferenças, a diversidade e as identidades (de sexo, raça, etc.) passam a ser essencializadas, cristalizadas e naturalizadas. Entretanto, estas diferenças não têm esse caráter essencial, pois não são fixas, únicas, estáveis e permanentes. São efeitos de um processo de produção e de relação social e histórica. Uma diferença é sempre uma diferença, que existe independentemente de ser ou não aceita, ou que a aceitem como "normal ou anormal".

Quando a pessoa transgênera chega à fase adulta, alguns optam por usar um nome adequado à sua expressão de gênero; muitos são ridicularizados ao continuarem a ser chamados pelo nome que não corresponde à sua estética; são impelidos a utilizar banheiros que não condizem com sua aparência, expondo-os até mesmo a perigo em relação à sua integridade física. Conforme Santos (2008, p.21), por exemplo, as travestis sofrem uma gama de violências institucional e psicológica e humilhações; subjetivadas em seu modo de ver e de estar no mundo e que estão inscritas em seus corpos e maneiras de ser, numa evidência de tudo o que viveram.

A sociedade restringe o desenvolvimento desse grupo, por vezes muitos não conseguem passar da fase da adolescência com os mínimos direitos de um cidadão comum. Impelidos a assumir os estereótipos de gênero não condizentes com sua psique ou desejo pelo grupo religioso, sofrem bullying nas instituições educacionais, na maioria das vezes resultando em abandono da escola e assim sendo forçados a viver à margem da sociedade, porque se por algum motivo conseguem seguir os passos da maioria dos cidadãos, esbarrarão no mercado de trabalho que estará fechado para eles (BIELINSKI et al., 2012).

O constrangimento e o sofrimento vivenciado pelos transexuais diariamente, por portarem uma aparência de gênero que transgride a normativa social é uma violação aos seus direitos humanos e o Estado ao permitir que isso ocorra, acaba reproduzindo uma violência institucional, segundo Monteiro (2014).

Muitas travestis e transexuais quando se assumem são expulsas de casa, na maioria das vezes ainda adolescentes, outras se lançam à própria sorte por não poderem ser o que a sociedade deseja que elas sejam. Para Santos (2008, p.30)

uma travesti não sobrevive além dos 30 ou 35 anos de idade. Morrem em decorrência da AIDS, das drogas ou são assassinadas. Além da violência explícita ou velada, e do medo, a solidão é sua companheira constante. A travesti não tem amigos e nem confidentes. Em geral, romperam vínculos com sua família de origem e moram em casas de cafetinas ou pensões onde a afetividade é muito tênue e as relações são marcadas sob o signo do lucro.

Xs Andrógins, Afeminados, Não binários e Mulheres Masculinas, assim como Transexuais masculinos, vivem com o constante medo de agressões e até mesmo o estupro corretivo, por conta da ignorância da população em relação a sua expressão ou identidade de gênero. Em mídias sociais há vários relatos deste tipo de medo por conta dos homens Transgêneros em utilizar os banheiros masculinos e andarem desacompanhados à noite (SANTOS, 2008).

Em relação ao descrito acima, Monteiro (2014, p.6) cita essa problemática em relação à Transexualidade e o direito à identidade de gênero: Pioneiro na luta dos direitos dos transexuais e também o primeiro homem Trans brasileiro a passar por cirurgia de redesignação sexual¹⁶, João W Nery teve que abandonar o trabalho para poder exercer a sua verdadeira identidade de gênero. Passou assim a viver no anonimato e na clandestinidade e designado como analfabeto no registro, como tentativa de driblar uma lei q o impedia de ser ele mesmo.

A Transgeneridade e a Educação

Paralelo a essas questões explicitadas no item anterior existe a preocupação com o ambiente da Escola, onde possivelmente irão acontecer situações em que toda comunidade escolar deverá estar preparada para enfrentá-las.

Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) direcionados para o Ensino Fundamental, por meio da Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação, chamam atenção dos professores/educadores para as questões relacionadas à sexualidade dos escolares, especificamente na fase da puberdade. Apontam que é papel da Escola debater, refletir e produzir conhecimento sobre o tema sexualidade, e ao mesmo tempo trabalhar o respeito do aluno por si mesmo, pelo outro e pela coletividade (BRASIL, 1997)

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1997).

Assim a Escola deve se organizar para que os alunos sejam capazes de:

- *respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;*
- *compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;*
- *conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;*
- *identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;*
- *reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;*
- *identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;*
- *reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois;*
- *proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;*
- *agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids;*
- *conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids;*
- *evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos;*
- *consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (BRASIL, 1997, p.311)*

Conforme Cruz (2011), pouco se fala na Escola a respeito das pessoas Transgêneras, pois o educador tem dificuldade em abordar e debater questões que possam gerar conflitos de opiniões. De acordo com os PCN (BRASIL, 1997) os professores precisam estar atentos às diferentes formas de expressão dos alunos. Muitas vezes a repetição de brincadeiras, paródias de músicas ou apelidos alusivos à sexualidade podem significar uma necessidade não verbalizada de discussão e de compreensão de algum tema. Quando se trabalha as necessidades dos indivíduos os resultados podem ser mais positivos, e é possível transformar a realidade.

Os professores/educadores precisam entender que a sexualidade envolve pessoas e, conseqüentemente, sentimentos que precisam ser percebidos e respeitados. Envolve também crenças e valores; ocorre em um determinado contexto sociocultural e histórico, que tem papel determinante nos comportamentos. Nada disso pode ser ignorado quando se debate a sexualidade com os jovens. O papel do educador como problematizador e orientador é essencial para que os alunos reflitam e tomem decisões coerentes com seus valores, no que diz respeito à sua própria sexualidade. Por sua vez, que respeitem a condição de seus/suas colegas, entendendo que temos que aprender a conviver e respeitar as diversidades. Neste sentido, a Escola de acordo com o CEFPEPS deve romper com o "apartheid social" ditado pelas elites econômicas. Esse precisa ser derrotado, porque urge necessidade de se pensar em uma nova Escola, democrática, inclusiva e de qualidade para um novo aluno. Há de se pensar também em um novo educador, inovador em sua capacidade social de se fazer o ensino (UFMG, 2014).

Ao trabalhar essas questões estamos propondo discutir o engajamento dos profissionais em relação a gênero, cidadania, autonomia, criatividade, visão crítica, capacidade de relações interpessoais levando à construção e inserção do indivíduo na sociedade de forma digna, ética e solidária (UFMG, 2014).

É inadmissível que uma instituição educacional seja conivente com posturas transfóbicas e homofóbicas sem que se tomem as devidas providências. A permissividade em relação à violência no ambiente escolar vai esculpir o adolescente com a sensação de impunidade, e trabalhará de forma inversa à inclusão da diversidade e possivelmente esse indivíduo que humilhava algum amigo afeminado ou amiga masculinizada irá se tornar um indivíduo disseminador de violência, seja ela verbal ou física (BIELINSKI et al., 2012).

Arán e Murta (2009, s/p) dissertam sobre os efeitos psíquicos da exclusão social nas pessoas transgêneras:

É fato que a vivência da transexualidade pode acarretar problemas relacionados à vida psíquica, em geral marcada pelo trauma do não reconhecimento, da injúria e da exclusão social, assim como por dificuldades provenientes de problemas familiares e de relacionamentos sexuais e afetivos. Esta experiência pode se constituir num intenso sofrimento psíquico, que aparece muitas vezes sob a forma de tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústias das mais diversas formas, provocadas não apenas pelo conflito de não pertencimento ao sexo biológico, como também pelas inúmeras conseqüências sociais, éticas, jurídicas e culturais intrínsecas a esta condição.

A inclusão da diversidade sexual na Escola implica em várias questões como a formação dos professores, a necessidade de preservar a Escola como espaço público e laico e o desafio de fazer com que a chamada inclusão deixe de ser percebida como um problema. Na verdade, o que queremos não é o simples acesso à educação, queremos é a inclusão e a diferença entre eles é enorme (SEFFNER, 2009).

PROJETO DE INTERVENÇÃO

PÚBLICO ALVO

O público alvo foi de 20 alunos do Curso de Pedagogia da Faculdade São José do Estado do Rio de Janeiro.

OBJETIVO

Realizar uma proposta de educação voltada para os professores e educadores que atuam no Ensino Fundamental, Médio e de Graduação, visando diminuir a invisibilidade de pessoas transgêneras na sociedade a partir do trabalho realizado com os alunos.

METODOLOGIA

A proposta de intervenção se assentou no compromisso e na responsabilidade de se debater acerca do tema transgeneridade nos espaços da educação formal, por acreditarmos que os alunos, enquanto sujeitos em formação, poderão amenizar os preconceitos em torno desta questão.

Neste caso propomos realização de oficinas nos espaços escolares; iniciamos nosso trabalho em uma faculdade. A primeira instituição escolhida para ser trabalhado o tema "A pessoa transgênera e a dificuldade de inserção na sociedade: trabalhando a diminuição da invisibilidade por meio de uma proposta de intervenção" foi a Faculdade São José, Curso de Pedagogia, Rio de Janeiro.

O curso de Pedagogia foi eleito, por formar professores que irão atuar desde a educação fundamental, em sala de aula e em cargos de Direção ou Coordenação de instituições de ensino. Acreditamos que desta forma o raio de diminuição da invisibilidade será ampliado, haja vista que os Pedagogos são profissionais importantes na mediação de conflitos gerados no ambiente escolar.

A oficina foi divulgada para toda comunidade da Faculdade, através do site da instituição, de cartazes, e das redes sociais. Contamos com os recursos disponíveis na faculdade. Teve a duração de quatro horas e foi composta por 20 participantes, que fizeram a inscrição previamente junto a Coordenação do Curso de Pedagogia. Utilizamos para condução da mesma a pedagogia da problematização, com utilização de dinâmicas que possibilitaram interação entre os participantes e reflexões acerca do tema trabalhado.

- Passos da Oficina

A oficina foi iniciada com uma dinâmica de apresentação/descontração para que os participantes se sentissem mais a vontade durante seu desenvolvimento. Após a dinâmica fizemos uma roda de conversa para que os participantes expusessem seu conhecimento a respeito do assunto: "A pessoa transgênera e a dificuldade de inserção na sociedade: pela diminuição da invisibilidade". Nesse momento, foram registradas palavras e frases proferidas pelos sujeitos, que julgamos importantes para serem debatidas posteriormente.

Em seguida às falas do grupo, forneceremos alguns textos para serem lidos em grupo e discutidos pelos participantes e apresentaremos alguns vídeos curtos (youtube) visando sensibilizá-los acerca do tema debatido. Ao final, retornamos as discussões tendo por base o que foi apreendido das falas dos sujeitos, as sínteses dos textos lidos e os pontos chave extraídos dos vídeos. Logo, as reflexões suscitadas no grupo indicaram se houve sensibilização acerca da transgeneridade e como lidarmos com ela sem preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

Na Faculdade São José a proposta de intervenção será acompanhada por nós nas diferentes oportunidades acadêmicas, nas quais fomos convidadas. Quanto à avaliação das oficinas, o processo de avaliar vai além da avaliação da aprendizagem, ou da avaliação escolar, pois permeia todas as áreas da vida humana. Com isso avaliar é diagnosticar e propor soluções (UFMG, 2014).

Nesse sentido, acreditamos que a realização de oficinas significa um dos caminhos possíveis para mudanças. Sendo assim, esta proposta de intervenção poderá ser multiplicada para outros segmentos da educação, pois consideramos o aluno a mola propulsora que poderá transformar a visão que a sociedade tem das pessoas transgêneras.

REFERÊNCIAS

ARÁN, M; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero. *Revista Tecnologia e Saúde*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, s/p, 2009.

BENTO, B. Performances de gênero e sexualidade na experiência transexual. In: LOPES, D. et al. (Orgs.). *Imagem & diversidade sexual: estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004.

BIELINSKI, D.; MACÊDO, C.; CACERES, L.; BORGES, C. Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero: o combate à discriminação e a busca por direitos. IN: MENDONÇA, B.; BARBOSA, H.; CARDOSO, H. (Org). *Confiança entre país, respeito entre pessoas*. 1.ed. UnB, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília (DF): MS, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais (PCN): orientação sexual. 1997.

JAYME, J. C. Travestis, dragqueens e transexuais: montando o corpo, pessoa, identidade e gênero. In: CASTRO,

A. L. (org.). *Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias* [online]. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2010. 213 p.

CRUZ, F. E. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v.11, n.21, s/p, 2011.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas do gênero. 342p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2014.

MONTEIRO, O. A. Transexualidade e o direito à identidade de gênero. Análise do projeto 5002/2013 (Lei João W. Nery). Campina Grande, 2014.

PERES, W. S; TOLEDO, L. G. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v.11, n.2, s/p, dez./2011.

RIOS, R. R.; PIOVESANA, F. Discriminação por gênero e por orientação sexual. *Série cadernos do CEJ*, 24, 2011.

SANTOS, R. P. Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga. *Dissertação (Mestrado)*. Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Educação, 2008.

SANTOS, R. P. Desejos, conflitos e preconceitos na invenção de si: história de uma travesti no mundo da prostituição. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.17, n.32, p.223-239, 2012.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. IN: JUN

QUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Enfermagem. *Curso de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde - CEFPEPS. Planejando práticas pedagógicas emancipadoras. Módulo 6*. Belo Horizonte: CAED/UFMG, 2014.

GLOSSÁRIO DE TERMOS RELATIVOS AOS ESTUDOS TRANSGÊNEROS (LANZ, L., 2014).

ANDRÓGINO (ou bigênero; do grego andros= homem e gino= mulher). Indivíduo que apresenta, simultaneamente, características físicas e comportamentos de homem e de mulher, obscurecendo ou eliminando, por assim dizer, a rígida divisão social existente entre o gênero masculino e o gênero feminino.

BISSEXUAL (ou simplesmente bi) Diz-se da pessoa que tem atração sexual tanto por indivíduos do mesmo sexo quanto pelos do sexo oposto. Pessoa que tem atração física e/ou romântica tanto por machos quanto por fêmeas, indistintamente.

CISGÊNERO (do grego cis = em conformidade com; conforme + gênero). A pessoa que se encontra bem ajustada ao rótulo de identidade de gênero (mulher ou homem) que recebeu ao nascer em função do seu órgão genital exposto. Indivíduos cisgêneros estão, portanto, de acordo e normalmente se sentem confortáveis nos códigos de conduta (incluindo vestuário) e papéis sociais atribuídos ao gênero a quem pertencem, ao contrário de indivíduos transgêneros, que de muitas e variadas formas se sentem desajustados em relação aos rótulos de gênero que originalmente receberam ao nascer. Nota importante: Cisgênero não é identidade, mas a condição sociopolítica econômica da pessoa - homem ou mulher - que apresenta total conformidade com a classificação de gênero - homem ou mulher - recebida ao nascer em razão da sua genitália de macho ou de fêmea.

CISSEXISMO (do inglês cissexism). Discriminação, de natureza transfóbica, que ocorre no nível estrutural da sociedade. Esta é a forma de discriminação de pessoas transgêneras que existe nas leis, políticas e valores ao nível macrossocial, assim como nas práticas que privilegiam pessoas cisgêneras sobre pessoas transgêneras ou gênero-divergentes.

DRAG QUEEN (DQ) No universo transgênero, as drag queens destacam-se pelo modo over (exagerado) com que representam o gênero feminino, mostrando em público uma figura de mulher muito mais caricatural do que propriamente feminina.

HETERONORMATIVO Diz-se da disposição político-cultural, falsamente naturalizada como determinismo biológico, que estabelece a heterossexualidade como o único tipo de orientação sexual normal, o que faz com que todos os demais tipos de sexualidade humana sejam considerados anti-naturais e sócio-desviantes.

HETEROSSEXUAL Diz-se do indivíduo que sente atração física e/ou romântica por pessoas do sexo oposto ao seu.

HOMOSSEXUAL Diz-se do indivíduo que sente atração física e/ou romântica por pessoas do seu mesmo sexo. Machos homossexuais têm atração por outros machos assim como fêmeas homossexuais têm atração por outras fêmeas. Machos homossexuais são conhecidos como gays e fêmeas homossexuais como lésbicas.

IDENTIDADE DE GÊNERO (inglês: gender identity). Feminilidade e masculinidade ou identidade de gênero refere-se ao quão ~~f~~femininas ou ~~m~~masculinas as pessoas se veem a si próprias, tendo em vista o que significa ser um homem ou uma mulher numa dada sociedade e em determinada época. Essa identificação costuma vir muito cedo na vida do indivíduo, como também pode aparecer muitas vezes em idade avançada. Contudo, tem-se por certo que uma identidade de gênero (básica) de um indivíduo se forma entre os 3 e 5 anos de idade e tende a permanecer a mesma pela vida afora. Indivíduos transgêneros, no entanto, são obrigados a reprimir a sua identidade de gênero, por ela não corresponder ao seu sexo biológico. Embora a autopercepção da identidade de gênero dependa do equipamento biológico de cada pessoa, feminilidade e masculinidade não podem ser consideradas como determinações biológicas por serem atributos estabelecidos no código de conduta de gênero de cada sociedade e época. Ou seja, é a sociedade quem decide o que significa ser homem e ser mulher (por exemplo: homem veste calça, é forte, bravo, ativo e racional; mulher veste saia, é meiga, dócil, passiva e emocional) agindo de maneira decisiva, através da educação (sugestão-condicionamento e repressão) para que os machos biológicos se identifiquem como homens, desenvolvendo os padrões de masculinidade desejados pela sociedade, assim como as fêmeas biológicas se identifiquem como mulheres, desenvolvendo os padrões de feminilidade. Entretanto, por se tratarem de definições socialmente estabelecidas (e não de inexoráveis determinismos genéticos), pode acontecer (e acontece) de uma fêmea reconhecer-se a si própria como masculina ou um macho reconhecer-se a si próprio como feminino. É importante distinguir identidade de gênero de outras conceituações também relacionadas ao gênero, como papéis de gênero, que são expectativas socialmente compartilhadas a respeito do desempenho ou comportamento que devem ter homens e mulheres numa dada sociedade, em função da sua condição de machos e fêmeas. Por exemplo, papéis de gênero estão relacionados com a (antiga) destinação social da mulher para o trabalho doméstico e do homem para o trabalho na produção industrial. O conceito de identidade de gênero é também distinto dos estereótipos de gênero, que são a visão social compartilhada de certos atributos e atitudes associadas a cada um dos gêneros, como a força e racionalidade nos homens e a ternura e sensibilidade nas mulheres. **KATHOEY** (ladyboy). Designação genérica, na sociedade tailandesa, para pessoas transgêneras, pré e pós-operadas, que atuam em diversos setores da sociedade, de acompanhantes a apresentadoras de TV. **NEWHALF** Apesar de estar aparentemente grafada em inglês, newhalf (~~newhalf~~) é uma palavra de origem japonesa, usada para designar um homem que realizou uma transição mental e/ou física para tornar-se mulher. A rigor, poderia ser usada como sinônimo de transexual (operada ou não operada).

ORIENTAÇÃO SEXUAL Desejo e/ou atração muito forte que leva o indivíduo a escolher sempre o mesmo tipo específico de pessoa - ou os mesmos tipos específicos de pessoas - na hora de manter relações sexuais. Oficialmente, a sociedade reconhece a existência de apenas dois tipos de orientação: 1) heterossexual - em que um macho se sente atraído por uma fêmea ou vice-versa 2) homossexual - em que um macho se sente atraído por outro macho ou uma fêmea se sente atraída por outra fêmea. Entretanto, somente a orientação heterossexual é plenamente legitimada por todas as sociedades contemporânea, apesar dos grandes avanços nos direitos das populações homo e bissexuais.

TRANSGENERIDADE Fenômeno sociológico de desvio ou transgressão do dispositivo binário de gênero, fato que caracteriza as chamadas identidades gênero-divergentes, como transexuais, travestis, crossdressers, dragqueens, andróginos, etc, e que faz com que elas sejam marginalizadas, excluídas e estigmatizadas pela sociedade. Em princípio, o conceito de transgeneridade se aplica a qualquer indivíduo que, em tempo integral, parcial ou em momentos e/ou situações específicas da sua vida, demonstre algum grau de desconforto ou se comporte de maneira discordante do gênero em que foi enquadrado ao nascer. Mas, evidentemente, devido às inúmeras disputas entre os numerosos subgrupos de indivíduos portadores de alguma forma de disforia de gênero, o termo transgênero está longe de ser aceito por todos como designação geral dos indivíduos portadores de quaisquer tipos de desvios de gênero. Transgeneridade não constitui nenhuma espécie de patologia. Se o comportamento transgênero é visto eventualmente como patologia, isto se deve ao fato de que a sociedade não consegue abdicar do seu ultrapassado princípio básico de organização, baseado no binômio de gêneros, masculino e feminino. Evidentemente deixariam de existir quaisquer vestígios de transgeneridade se a sociedade mudasse suas regras de conduta de gênero. Nota importante: deve-se evitar sistematicamente a forma transgenerismo, uma vez que a terminação ~~ismo~~ismo conota presença de patologia.

TRANSGÊNERO (Trans, Trans*, TG ou T*; inglês transgender). Refere-se a todo tipo de pessoa envolvida em atividades que cruzam as fronteiras socialmente aceitas no que diz respeito à conduta preconizada pelo dispositivo binário de gênero. O termo transgênero busca cobrir um amplo espectro de comportamentos considerados transgressivos à disciplina e às interdições impostas por esse dispositivo, que vão desde a simples curiosidade de experimentar roupas/calçados/adereços próprios do outro gênero até a firme determinação de realizar mudanças físicas através do uso de hormônios e cirurgias.

TRANSEXUAL (TS). Termo oriundo da área médica, designando pessoas consideradas portadoras, no grau mais avançado, de transtorno de identidade de gênero, em virtude da sua profunda identificação com o gênero oposto ao que lhes foi consignado ao nascer. Até certo tempo atrás, a transexual era vista como aquela identidade transgênera que fez (ou desejaria fazer) a cirurgia de transgenitalização. A transexual afirma que nasceu no corpo errado, pois se considera uma mulher presa em um corpo de homem. O órgão sexual é visto por ela como um apêndice, algo não pertencente ao seu corpo e que, portanto, deve ser erradicado. A teoria mais amplamente aceita é de que a transexualidade é um distúrbio de gênero que ocorre quando a identidade de gênero de um indivíduo não corresponde ao seu sexo genital. Essa dissonância seria fonte de enorme angústia e ansiedade, podendo levar os indivíduos transexuais a um grau insuportável de sofrimento físico e psíquico. A superação do distúrbio exigiria terapia hormonal e realização de cirurgia de reaparelhamento genital.



www.saojose.br | (21) 3107-8600

Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro